

APROPRIAÇÃO DOS ESPAÇOS LIVRES EM ÁREAS RESIDENCIAIS POPULARES: USO, OCUPAÇÃO E INVASÃO

OPEN SPACES APPROPRIATION IN LOW INCOME HOUSING AREAS: USING, OCCUPYING AND INVADING

BENVENGA, Bruna Maria de Medeiros

Pesquisadora do Projeto Quapá, FAUUSP. E-mail: brunab@usp.br

RESUMO

A padronização do desenho urbanístico encontrado nos conjuntos habitacionais de interesse social produzidos a partir da década de 1960 na Região Metropolitana de São Paulo, e a sua clara diferenciação com os desenhos tradicionais do resto da cidade distanciaram seus usuários da compreensão do espaço urbano, tornando-o ilegível e desfamiliarizado.

Instalou-se, então, um movimento de reação às deficiências encontradas nos projetos implantados. A população se apropria do espaço público, modificando-o para que se adapte às suas necessidades. Todo o esforço, encontrado na concepção do projeto, para criar áreas livres de dimensões amplas não categorizadas funcionalmente, é negado pela população que as fragmentam e redefinem os limites entre espaço público e privado, justamente pela sua não caracterização projetual e funcional.

Palavras-chave: Conjuntos habitacionais, espaços livres e paisagem.

ABSTRACT

The standardization of urban design of the housing complexes built in São Paulo Metropolitan Region since the late sixties, and their clear contrast with the traditional tissue of the rest of the city have diffculted the understanding of the urban space, rendering it unreadable and unfamiliar.

It is possible to observe that the users of this kind of urban space have reacted to these problems. The people invades the public space and modifies its structure. All the effort made during the conception process of the projects to create wide open spaces in those housing complexes is mined by the regular users. New structures are built and the process installed in the situation defines new limits.

Key words: *Housing complexes, open spaces, landscape.*

Introdução

“As atividades como que escolhem seus espaços, apropriando-se deles, conformando-os e sendo conformadas de volta... Em resumo, diríamos que um espaço é sempre espaço de alguma coisa, assim como as coisas só podem ter lugar em algum espaço.” (SANTOS, 1981)

O conceito de apropriação dos espaços públicos urbanos em áreas residenciais já foi explorado por muitos autores de diferentes épocas e situações, como Carlos Nelson dos Santos, Décio Rigatti e Eurico Salviati¹, enfocando aspectos específicos de cada pesquisa desenvolvida.

A partir da leitura desses autores e da análise dos estudos de caso realizados durante dois anos de pesquisa, constatou-se que os conjuntos habitacionais passam por um processo constante de apropriação de espaços livres que podem ser analisados em diferentes níveis.

No caso dos conjuntos habitacionais de interesse social produzidos em São Paulo a partir da década de 1960, esse processo de apropriação foi intensificado pelas deficiências formais e programáticas apresentadas nos projetos implantados.

Vários são os níveis de apropriação dos espaços livres de uma área residencial. Ela pode se instalar fisicamente no espaço urbano ou ser apenas um processo social. A seguir, são expostos as formas de apropriação mais significativas encontradas numa série de conjuntos estudados.

O primeiro nível é o da apropriação exclusivamente pelo uso intensivo dessas áreas, já o segundo se baseia no processo de invasão e privatização dos espaços públicos.

A apropriação pelo uso pode ocorrer tanto num conjunto habitacional para as classes de baixa renda quanto em um bairro residencial qualquer. Os espaços livres são utilizados como palco para a interação entre moradores e a cidade, proporcionando momentos de lazer e convivência para os mesmos. As áreas que mais passam por esse tipo de apropriação, possuem algumas qualidades prévias que estimulam seu uso.

Salviati² ressalta que uma dessas qualidades é a maior visibilidade das áreas escolhidas, que estão, em muitos casos, próximas a trechos de grande fluxo de pedestres e veículos, próximas aos caminhos e à entrada dos edifícios; ou próximas a pontos de maior movimentação de pessoas, como é o caso de pontos de ônibus e padarias.



Imagem 1: Crianças que brincam na área de entrada dos edifícios no Conj. Habitacional Brigadeiro Faria Lima, numa zona de grande visibilidade e movimentação

Esse mesmo fenômeno é relatado por Santos³ que, ao estudar o bairro do Catumbi no Rio de Janeiro, constatou que as áreas do bairro mais valorizadas pelos moradores eram aquelas localizadas em regiões de maior fluxo de pedestres e próximas a pequenos pontos de comércio. Assim, grupos de vizinhos costumavam se reunir no final da tarde e nos finais de semanas para conversar em frente a um armazém, nas esquinas ou na calçada em frente à casa de um morador mais popular.

No Conjunto Habitacional Brigadeiro Faria Lima, algo semelhante ocorre na praça localizada em frente à escola primária, todas as tardes, na saída das aulas. Essa pequena praça é ocupada todos os dias por mães e crianças que se encontram para conversar e brincar nesse espaço.

Em outros conjuntos estudados localizados na Zona Oeste de São Paulo, o ponto de encontro dos moradores ocorre nas áreas adjacentes aos edifícios da administração condominial, onde adultos se reúnem para conversar ou se encontram casualmente.

Outra qualidade que as áreas livres devem apresentar para serem atraentes à apropriação é a disponibilidade de elementos constituintes do espaço livre que sirvam de suporte para o desenvolvimento de práticas sociais em espaços públicos. Isto é, a apropriação de uma área depende também do tratamento paisagístico que ela recebe, propiciando com a existência de bancos, mesas e *playgrounds* o desenvolvimento de atividade de lazer. O uso eficiente de massas de vegetação também pode estruturar o espaço de forma a criar regiões sombreadas e agradáveis para o estar e o descanso dos usuários.

“A análise de espaços deve levar em conta as atividades que se dão nos seus diversos recortes. Assim como a rua é a forma de utilizá-la, o espaço é o uso que permite. Os significados que um determinado suporte material pode assumir, resultam da sua conjugação com uma atividade e mudam de acordo com ela.” (SANTOS, 1981)

O sucesso das áreas livres do Conjunto Residencial Parque do Gato se dá justamente pela sua generosidade na implantação de equipamentos e mobiliário urbanos que possibilitam o desenvolvimento de atividades de lazer e da convivência entre vizinhos nos espaços livres dos blocos de apartamentos.



Imagem 2: Praça que recebeu tratamento paisagístico do Programa Centros de Bairros implantado em 2002, no Bororé. São propostos equipamentos de lazer e um anfiteatro para o uso da comunidade

Esse processo de se apropriar do espaço público para o desenvolvimento de práticas sociais é fundamental para seu sucesso. Quando tais espaços cumprem sua função de servir de cenário para a prática de atividades cotidianas de convivência, a população se sente mais estimulada a continuar sua utilização de forma cada vez mais freqüente. Portanto, são estabelecidas relações de vizinhança mais sólidas, colaborando para a formação de um senso de comunidade entre moradores do mesmo local.

A apropriação desses espaços adquire as dimensões desejadas a partir do momento em que a população residente começa a se sentir responsável pelo espaço livre que circunda sua residência, como se fosse a extensão de sua moradia.

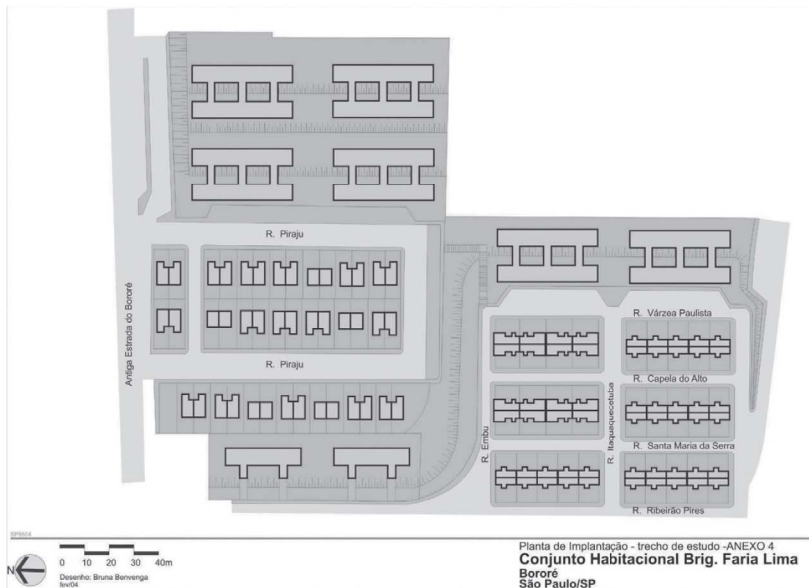
Nesse quadro, questões como a falta de manutenção do espaço urbano, o vandalismo e a violência são atenuadas, pois os próprios moradores se tornam fiscais de suas ruas e praças. Segundo Jacobs⁴, para que as ruas (nesse estudo estende-se esse conceito para as áreas livres em geral) de um bairro sejam seguras e habitáveis é necessário que existam os “olhos” que guar-

dem por ela. Esses olhos são moradores atentos a movimentação no espaço adjacente a suas casas e apartamentos que, por conhecer seus vizinhos, são capazes de identificar a passagem de estranhos ou alguma fato anormal e suspeito que venha ocorrer.

O segundo nível de apropriação do espaço diz respeito ao fenômeno de ocupação por invasão das áreas livres, na intenção literal de apropriá-las, isto é, de torná-las propriedade. Tal fenômeno é peculiar aos conjuntos habitacionais populares, implantados em especial nas décadas de 1970 e 1980. É importante enfatizar que esse nível de apropriação do espaço não exclui o processo de apropriação descrito anteriormente.

Em vistoria realizada pela Cohab em 45 dos seus conjuntos, entre 1993 e 1995, constatou-se que 61,4% das áreas públicas não estavam ocupadas por nenhum tipo de equipamento social, sendo que dessas áreas 26% não eram ocupáveis devido ao relevo ou a outra limitação da ordem física, e 27% eram áreas que haviam sido invadidas ⁵.

Essas áreas vazias e invadidas possuem algumas características em comum quanto à forma e à dimensão. Primeiramente, deve-se ressaltar que a invasão não se relaciona com a abundância ou escassez de espaços livres num conjunto.



Imagens 3 e 4: Esquema de implantação de edifícios no Bororé com a proposta da Cohab e a situação encontrada em 2004 quando foi feita uma visita de campo. Após algumas décadas, foram introduzidas novas edificações que reestruturam o espaço livre



“Os maiores índices de áreas verdes invadidas foram constatados tanto em conjuntos em que a porcentagem das glebas definidas áreas verdes nos projetos originais era superior à média calculada para o conjunto da produção Cohab-SP (...) quanto naqueles em que apenas superava os 10% estabelecidos pela legislação.” (SLOMIANSKY, 2002, p.107)

Os espaços mais visados para a invasão são aqueles pouco qualificados como espaços de lazer que sofrem com a falta de equipamentos e de tratamento paisagístico, sendo, na sua maioria, espaços fragmentados e residuais da implantação dos edifícios. Esses espaços são dificilmente identificados como áreas de lazer coletivo, como foram designadas em projeto, sendo que o projetista concentrou suas preocupações apenas em atender a legislação.

“O objetivo projetual prioritário foi responder ao índice (de áreas verdes) exigido pela legislação, sem levar em conta as condições específicas do entorno da implantação, os tipos e as qualidades dos equipamentos a serem implantados e, principalmente, o papel dos equipamentos públicos na configuração e estruturação do espaço urbano.” (SLOMIANSKY, 2002, p.111)

Essa situação é agravada pela postura dos órgãos responsáveis que reservaram áreas para implantar edifícios no futuro e não ocuparam as áreas livres e institucionais num curto período de tempo após a implantação do projeto.

Boa parte das áreas invadidas são parcelas de difícil edificação por causa de barreiras naturais e artificiais, por exemplo, ferrovias e rodovias, ou por restrições legais.

Outra parte das invasões ocorre em áreas de dimensões reduzidas (por volta de 280 m²) conhecidas como as áreas residuais que comportam a construção de novas edificações, os “puxadinhos”. Como esses espaços não são identificados como áreas de lazer em potencial, são facilmente ocupados por garagens e coberturas.

O processo de apropriação por invasão é induzido por inúmeros fatores de ordem sociais, antropológicas⁶ e, fundamentalmente, espaciais.

Quanto à questão espacial, a invasão ocorre, basicamente, para suprir deficiências funcionais e projetuais de conjuntos mal planejados, despersonalizados que desconsideram as peculiaridades de cada local e da população que irá habitá-los. Isso ocorre, justamente, em um cenário que



Imagem 5: Garagens construídas pelos moradores que são utilizadas como depósito, oficinas além do uso de estacionamento de veículos

mereceria um maior cuidado no projeto de espaços devido sua destinação para moradia de interesse social.

Um primeiro motivo indutor dessa apropriação é a necessidade de complementar o programa das unidades e se possível ampliar sua área útil. Assim, as áreas livres são ocupadas por novas construções para garagens de automóveis, oficinas e depósitos, e, quando viável, por cômodos anexados aos apartamentos térreos e às casas, ampliando a área da cozinha ou dos dormitórios.

Um outro motivo da ordem espacial que também envolve questões sociais é a recuperação de estruturas morfológicas da cidade convencional, que vivem no imaginário da população residente dos conjuntos e que, no entanto, não são contempladas pelo partido adotado.

Os blocos de apartamentos, as casas e os espaços livres ganham personalidade com a instalação de gradis, muros, revestimento cerâmico, pinturas na fachada, ou seja, qualquer elemento que individualize as áreas que antes eram extremamente homogêneas. A compartimentação dos espaços colabora para torná-lo legível aos olhos do cidadão comum, recriando os elementos que configuram o tecido urbano tradicional de São Paulo. Os muros e gradis compõem pequenos pátios e quintais, restabelecendo os contornos das calçadas e ruas.

Uma forma de apropriação simbólica muito corriqueira nos espaços próximos aos prédios de apartamentos é o cultivo de jardins ricos em espécies, tratados com vasos, esculturas e outros artifícios. Esses jardins representam simbolicamente a identidade dos moradores de certo edifício frente à exposição para o público. Os elementos utilizados para compor esses espaços verdes acabam diferenciando um edifício do outro, ajudando a criar um sistema de orientação espacial dentro do conjunto com a quebra da homogeneização das áreas livres.



Imagem 6: Jardim cultivado pelos moradores do edifício

O fechamento das áreas livres, a construção dos “puxadinhos” e o cuidado com os jardins resultam num terceiro objetivo desta apropriação que é a hierarquização dos espaços livres desses conjuntos.

O que antes era monofuncional e homogêneo passa a apresentar diferenciações de uso e domínio que vão além da exclusividade da habitação e da predominância de espaços livres públicos.

Nos conjuntos de maior porte localizados em glebas mais periféricas, essa invasão também é feita por terceiros que não são residentes, mas se apropriam de áreas livres públicas para instalarem seus negócios – geralmente, comércios e serviços de primeira necessidade. É a forma adotada

para explorar a carência imposta pela monofuncionalidade dos conjuntos que, na maioria das vezes, conta somente com as unidades habitacionais e equipamentos sociais básicos (escolas primárias e postos de saúde).

É comum a instalação de gradis no entorno imediato dos prédios de apartamentos e nas áreas entre as lâminas, configurando espaços semiprivados de uso exclusivo dos moradores de determinado bloco. Também são configurados espaços semipúblicos, que até podem ser acessados por estranhos, mas que apresentam alguma forma de controle na entrada. No caso do Bororé, esses espaços são demarcados com muros com aberturas que permitem a passagem de terceiros, mas, apontam para uma mudança de domínio do espaço.



Imagem 7: Espaço semipúblico entre os blocos de apartamentos delimitados por gradis e equipado com brinquedos e bancos

A hierarquização das áreas livres próximas aos edifícios verticais, resultante da instalação e construção de elementos definidores do espaço, resulta também na definição dos espaços livres que não estão contidos nos seus limites. Ou seja, são determinados os contornos das áreas públicas para circulação de pedestres, para a implantação de praças e de outros equipamentos sociais.

Essas transformações criam uma nova relação morfológica fundamental para a compreensão espacial do conjunto que se baseia na definição clara de espaços côncavos e convexos, onde os espaços semiprivados e semipúblicos são identificados como côncavos e os espaços públicos como espaços convexos. Tal conceito de convexidade é explorado por Rigatti⁷, em sua pesquisa sobre o Conjunto Rubem Berta e sua estruturação espacial. Espaço convexo é aquele determinado por duas dimensões, o plano de um muro e o plano da rua, por exemplo, sendo mais aberto. O espaço côncavo ou de constituição possui mais planos delimitadores e são espaços de transição entre o domínio público e o privado.

O viés positivo desse processo de invasão das áreas livres públicas é a delimitação e a hierarquização dos espaços descritos acima. Quando um morador ou um grupo de moradores se apropria de uma área com um muro, um gradil ou uma nova construção, ele está demarcando o que resta de espaços público e o que se torna privado. Apesar de ser uma atitude ilegal e, portanto, questionável, tais invasões foram necessárias para garantir a habitabilidade do conjunto.

Essas ações, geralmente, visam atender a interesses coletivos de instauração da legibilidade urbana e melhoria das condições de vivência nos espaços habitados por meio da ocupação das áreas livres através de iniciativas coletivas ou individuais. Essas iniciativas são fundamentais para estimular nos residentes o senso de coletividade e de organização comunitária, aproximando vizinhos na tomada de decisões sobre algum tipo de mudança a se fazer no espaço.

Segundo Rigatti, “a finalidade da privatização (dos espaços livres nos conjuntos habitacionais) foi a redefinição completa da estrutura urbana em busca de uma hierarquia, controle e legibilidade que o projeto não contemplava. Portanto, as transformações do tornar ‘privado’ áreas antes ‘públicas’, segue um processo onde está permanentemente presente a noção de coletivo”. (RIGATTI, 1986)

Nem sempre esse processo ocorre dessa maneira. Existem algumas situações nas quais não se observa a preocupação com o bem-estar coletivo, e sim, com o interesse em resolver uma questão particular e/ou tirar proveito da indefinição de uso de alguns espaços público.

No primeiro caso, podemos citar a ocupação das áreas livres nas unidades unifamiliares. Devemos ressaltar que não é sempre um processo de invasão de áreas públicas, pois na maioria dos casos essa ocupação ocorre somente dentro dos limites do lote de cada residência. Em muitos conjuntos da Cohab e da CDHU é permitido um acréscimo da área construída das unidades, em programas que implantam as unidades unifamiliares evolutivas. No entanto, o que se constata é uma “evolução” para além do previsto o que provoca o redesenho do espaço do conjunto em geral.

Por exemplo, no conjunto do Grajaú, o projeto de implantação das casas previa generosos recuos frontais em alguns casos, laterais e posteriores, liberando mais de 50% do lote para área livre. Essas áreas, que se configuravam como quintais, eram abertas para rua, o que ampliava, pelo menos visualmente, os estreitos espaços das vias de circulação. A evolução da planta programada em projeto ainda mantinha essas características de implantação do volume no terreno.

Com o passar dos anos, as mudanças introduzidas nas residências através da ampliação da sua área útil superou bastante o espaço previsto. Essa ampliação foi executada a partir de ações individuais dentro de cada lote, conforme a necessidade da família residente. É possível, porém estabelecer alguns parâmetros em comum que foram seguidos no processo de reconstrução do espaço.

Para o melhor aproveitamento do terreno, as construções foram estendidas até os limites do lote, alinhando-se com a rua e, portanto, eliminando os recuos antes existentes. Em muitos casos, a edificação ganha um ou mais pavimentos superiores o que conforma casas assobradadas. Nas novas áreas construídas, são criados dormitórios, salas de estar, vagas de garagem cobertas, ou pequenos salões onde se instalam atividades comerciais (cabeleireiros, videolocadoras, armazinhos, entre outros).

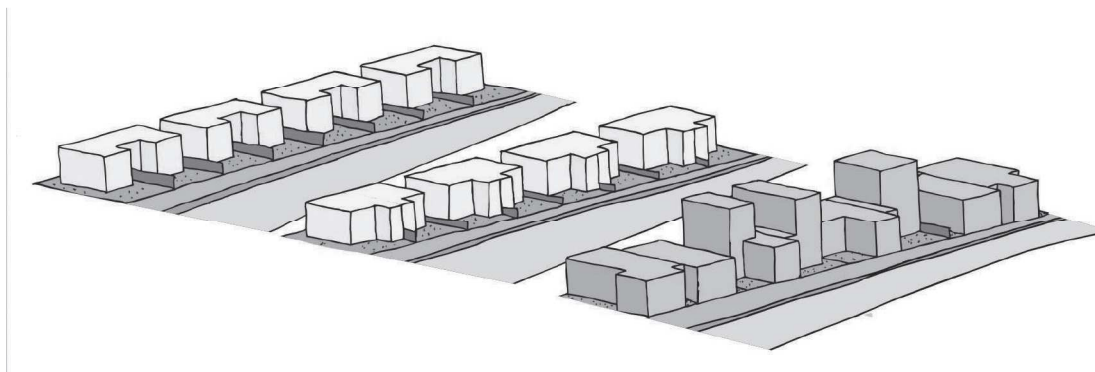


Imagem 8: Esquema de evolução da área construída das unidades unifamiliares que ocupam grande parte das áreas livres reservada dentro do lote para além do previsto em projeto

160 No Conjunto Habitacional Brigadeiro Faria Lima, observam-se exemplos extremos nos quais dentro de um mesmo lote foram construídas mais de uma casa ou unidades que passaram por transformações tão profundas que acabaram sendo totalmente demolidas para dar lugar a edificações novas.

A ocupação dos espaços livres do lote resultou na reconfiguração das áreas livres públicas e privadas dos trechos dos conjuntos compostos por unidades unifamiliares. As áreas livres privadas restringiram-se a pequenos quintais nos fundos das casas que são utilizados como áreas de serviço, ou a vagas de estacionamento descobertas na frente do terreno. Já a rua adquire uma nova configuração espacial, imposta pelo alinhamento das edificações nas extremidades do lote, compondo um plano de fundo para o seu cenário. As calçadas se reduziram a pequenas faixas, com cerca de um metro de largura para menos, comprimidas entre as construções e o leito carroçável.

Todas essas modificações colaboraram na construção e recuperação das estruturas similares ao tecido urbano convencional paulistano, em especial dos bairros de classe média baixa, retomando a idéia da rua corredor e da interdependência dos espaços livre com o espaço construído.



Imagem 9: Reconfiguração do espaço da rua a partir das ampliações feitas nas unidades unifamiliares

A outra situação que deve ser abordada diz respeito à forma de ocupação que é incapaz de trazer algum benefício para o conjunto em geral, sendo ao contrário maléfica para o mesmo.

Lay e Reis⁸ ao desenvolverem sua pesquisa sobre o papel dos espaços coletivos na avaliação do desempenho dos conjuntos habitacionais constataram que a construção ilegal de “puxadinhos” pode constituir um aspecto depreciativo para a legibilidade do espaço.

Considerando que os espaços abertos e coletivos têm o papel de abrigar práticas sociais complementares às atividades desenvolvidas dentro das unidades, esses espaços adquirem valor fundamental na avaliação do desempenho e no desempenho propriamente dito do conjunto como um todo.

A imagem de uma área livre percebida pelos moradores é um dos fatores responsáveis por estimular ou inibir o uso dos espaços, sendo afetada diretamente pela forma de apropriação pela qual passou.

Quando a invasão do espaço livre público ocorre simplesmente para atender a um interesse privado e individual, geralmente essa imagem se torna negativa e os usos também negativos são estimulados. Esse tipo de invasão consiste basicamente na ocupação da área próxima aos blocos por extensões dos apartamentos térreos, interferindo diretamente na fachada e na volumetria das edificações.

Dessa forma, são eliminadas algumas possibilidades de convívio nesses espaços, criando barreiras visuais e de circulação que desestimulam o acesso às áreas livres de uso comum. Nesses casos, formam-se becos que tem seu uso evitado pela população residente, tornando-se espaços degradados e identificados como “terra de ninguém”.



Imagem 10: Espaço residual de difícil acesso no Conjunto do Grajaú onde foi construída uma espécie de depósito. É um exemplo de área degradada que denigra a imagem do espaço livre

Todo o processo de apropriação, por uso, ocupação, e invasão dos espaços livres de conjuntos de habitação popular deve ser considerado como uma resposta dos moradores ou dos invasores ao suporte físico proposto para o assentamento.

Em geral esse suporte, composto por edificações, equipamentos sociais, áreas de lazer e estar e mobiliário urbano, é mal planejado e até mesmo inexistente. Os conjuntos são implantados sem prever futuras mudanças que podem vir a ocorrer ao longo dos anos, devido a transformações sociais e das demandas dos moradores. Por exemplo, na década de 1970, desconsiderava-se a possibilidade da população da baixa renda possuir e utilizar um automóvel, e por isso, foram rejeitados os estacionamentos no planejamento dos conjuntos.

Outra deficiência inicial do projeto foi ignorar a necessidade de reservar espaços para atividades comerciais de pequeno porte, pois a maioria dos conjuntos implantados há trinta anos se localizava em periferias muito distantes de qualquer tipo de infraestrutura e centro comercial de bairro.

O processo de invasão e ocupação das áreas livres públicas deve ser entendido como uma forma de adaptação do espaço habitado que cria condições espaciais e funcionais para viabilizar seu uso pela população residente. Esse processo de invasão não foi considerado pelas equipes de projeto e pelos órgãos responsáveis como um processo natural da sociedade de exploração do meio a qual foi levada a habitar e usufruir.

Notas

- (1) Esses autores pesquisaram sobre a apropriação dos espaços livres na cidade do Rio de Janeiro, em São Paulo e Porto Alegre, e em Brasília, respectivamente.
- (2) SALVIATI, 1988.
- (3) SANTOS, 1981.
- (4) JACOBS, 2000.

- (5) SLOMIANSKY, 2002.
- (6) Carlos Nelson do Santos discute mais a fundo a questão antropológica na apropriação dos espaços livres, no livro *Quando a rua vira casa*.
- (7) RIGATTI, 1997.
- (8) LAY E REIS, 2002.

Bibliografia

- COMAS, Carlos Eduardo Dias. O espaço da arbitrariedade. *Revista Projeto*, São Paulo, n. 91, p. 127-130, set. 1986.
- JACOBS, Jane. *Morte e vida das grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- HOLSTON, James. *A cidade modernista: Uma crítica de Brasília e sua utopia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- HUET, Bernard. A cidade como espaço habitável. *Arquitetura e Urbanismo*, São Paulo: Pini, p. 82-87, dez. 1986/jan. 1987.
- MACEDO, Silvio Soares. Espaços livres. *Paisagem e Ambiente – Ensaios*. 1. ed. São Paulo: FAUUSP, n. 7, 1986.
- LAY, M. C. D.; REIS, A. T. L. O papel de espaços abertos comunais na avaliação de conjuntos habitacionais. *Ambiente Construído*, Porto Alegre, v. 2, n. 3, p. 25-39, jul./set. 2002.
- RIGATTI, Décio. Apropriação social do espaço público – um estudo comparativo. *Paisagem e Ambiente – Ensaios*. 1. ed. São Paulo: FAUUSP, n. 7, 1986.
- _____. *Do espaço projetado ao espaço vivido: Modelos de morfologia urbana no conjunto Rubem Berta*. 1997. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.
- SALVIATI, Eurico. Os espaços livres urbanos de Brasília: uma avaliação preliminar. *Sinopses*, São Paulo: FAUUSP, n.11, p. 15-27, 1988.
- SANTOS, Carlos Nelson F. dos (Org.). *Quando a rua vira casa*. 2. ed. Rio de Janeiro: IBAM/Finep, 1981.
- SLOMIANSKY, Adriana P. *Cidade Tiradentes: A abordagem do poder público na construção da cidade – Conjuntos Habitacionais de interesse social da Cohab-SP*. 2002. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.